

## A EDUCAÇÃO NA ITÁLIA FASCISTA: A REFORMA GENTILE (1922-1923)

José Silvério Baia Horta – UFAM

### Eixo 5 – Historiografia da educação brasileira e história comparada

#### Introdução

Ao assumir o poder, na Itália, em outubro de 1922, o fascismo não trazia um projeto educacional bem definido. O Programa do Partido Nacional Fascista (PNF), aprovado em Florença, em dezembro de 1921, definia os objetivos da escola de forma bastante vaga, declarando:

A escola deve ter por objetivos formar pessoas capazes de garantir o progresso econômico e histórico da nação, elevar o nível moral e cultural da massa e promover os melhores elementos de todas as classes para garantir a renovação contínua das camadas dirigentes. (apud BELLUCCI e CILIBERTO, 1978, p. 199).

Mais tarde, no Congresso de Nápoles, às vésperas da Marcha sobre Roma, o Partido Fascista adotará uma ordem do dia na qual opor-se-á firmemente ao projeto de lei sobre o exame de Estado, apresentado pelo Partido Popular e defendido pelos idealistas. Entretanto,

Esta declaração não era talvez senão uma conseqüência do papel que o fascismo atribuía ao Estado concebido como imanente na vida pública. Mas ela só poderia ter conseqüências se os fascistas tivessem sido capazes de elaborar um programa escolar que lhes fosse próprio. Isso não foi o caso e Mussolini disso tinha consciência. É por isso que no seio do ‘Fascio’ da Educação Nacional, parece ter encorajado a colaboração entre fascistas e idealistas, Codignola desempenhando o papel de intermediário (OSTENC, 1973, p. 386).

Esta aproximação entre idealistas e fascistas pode ser explicada apenas em parte por razões táticas. Estas existiam, tanto da parte de Mussolini, que desejava garantir o apoio de intelectuais bem conhecidos e abrir assim uma brecha no mundo da cultura oficial, como da parte dos idealistas, que viam nesta aproximação a possibilidade de colocar em prática o seu projeto pedagógico<sup>1</sup>. Entretanto, existiam razões mais profundas. Mussolini via no princípio

---

<sup>1</sup> Os historiadores acentuam o oportunismo e a habilidade política de Mussolini pela escolha de Gentile como Ministro: “A decisão de Mussolini de oferecer o *Ministero della Pubblica Istruzione* ao filósofo siciliano revelou-se particularmente hábil. Graças à inclusão, no novo Governo, do independente Gentile, que constituía, talvez, um dos pontos de referência mais prestigiosos da cultura italiana e que havia sido a única pessoa capaz de figurar no mesmo nível de Croce no último governo Giolitti, o fascismo garantia o apoio dos idealistas e do partido da escola, que o próprio Gentile havia, anteriormente, tomado de Salvemini” (RICUPERATI, 1977, p. 87). Mas o mesmo Recuperati sublinha, também, o oportunismo dos idealistas: “Era uma relação equívoca e, de certa forma, condenada ao fracasso, mas que encontrava sua justificativa exatamente nessa persistente imagem da neutralidade da escola, que acreditava ser possível fazer uma boa reforma

do Estado ético de Gentile um caminho para o Estado totalitário; os idealistas, que "identificavam os valores universais com a Nação e o Estado", consideravam "a restauração da autoridade estatal realizada pelo fascismo como um meio de libertação humana" (BORGHI, 1974, p. 236)<sup>2</sup>.

A colaboração entre idealistas e fascistas, iniciada com a transformação do *Fascio di Educazione Nazionale* em *Gruppo di Competenza per la Scuola*, no seio do Partido Fascista, antes da Marcha sobre Roma, concretizou-se com nomeação de Gentile para o Ministério da Instrução Pública, no primeiro governo Mussolini, em outubro de 1922. Os idealistas sentiram-se confortados por esta nomeação. Como afirma Jovine (1980, p. 254):

A pessoa do filósofo parecia uma garantia para todo o programa de governo. Era difícil perder a fé na reforma tão demoradamente meditada apenas porque realizada por um governo instaurado pela violência; era mais fácil pensar que a forte personalidade de Gentile conseguiria levar a termo a transformação escolar que se apresentava como urgente, guardando fidelidade às premissas do idealismo.

Desta forma, apesar de algumas dissensões ocorridas no *Fascio de Educazione Nazionale*, no momento de sua transformação em *Gruppo di Competenza*, o Ministro consegue obter a colaboração de vários de seus discípulos, entre os quais Lombardo-Radice, que aceita o convite do filósofo e torna-se Diretor Geral da Instrução Primária. Considerado por Adolphe Ferrière como um dos pioneiros da educação nova na Europa (FERRIÈRE, 1927a), Lombardo-Radice será o responsável pela reforma do ensino primário, realizada em 1923, no início do Governo de Mussolini.

### 1. Reforma da administração escolar

A reforma da administração escolar, iniciada por Gentile a partir do momento de sua entrada no *Ministero della Pubblica Istruzione*, ao mesmo tempo em que se insere no processo mais amplo de reforma administrativa realizada pelo fascismo, com base na lei de plenos poderes, traz as marcas da aparente dualidade do pensamento idealista que, no caso,

---

mesmo em um regime duvidoso, desde que se possuíssem idéias claras" (RICUPERATI, 1973, p. 1712).

<sup>2</sup> Borghi mostra até que ponto a dualidade do pensamento idealista, que, por um lado acentuava a autoridade e, por outro, a liberdade e a espontaneidade, era apenas aparente: "É preciso lembrar que a imanência dos valores no homem – que os idealistas afirmavam – não significava sua imanência no indivíduo. O Espírito é, em si, um princípio universal que exclui toda particularidade e, conseqüentemente, a espontaneidade espiritual à qual eles se referem, já é, em si, uma qualidade que não pertence ao indivíduo como tal. Para eles, liberdade e espontaneidade não se referem a seu sujeito verdadeiro e se dissolvem em seu oposto. Assim, a dualidade de motivos constatada é aparente e não real e a própria instância da liberdade se reveste, no idealismo, de uma dimensão autoritária. Isto explica como os idealistas puderam dar o nome de liberdade ao conceito de dissolução do indivíduo no universal (encarnada nas instituições e no Estado) e contribuir assim para reforçar essa singular confusão mental que levou numerosos italianos a aceitar o fascismo como um movimento de libertação" (BORGHI, 1974, p. 237).

traduz-se pela afirmação da liberdade didática do professor, acompanhada de um aumento acentuado de centralização e de controle autoritário.

Apoiado no decreto de reforma administrativa de dezembro de 1922<sup>3</sup>, Gentile realiza uma redução drástica do pessoal do *Ministero della Pubblica Istruzione*, suprimindo uma direção geral e várias seções<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo, Gentile institui os *provveditorati* regionais, pela fusão dos *provveditorati* provinciais já existentes, e substitui os Conselhos provinciais, com funções amplas e de composição eletiva, por Conselhos regionais restritos, com funções meramente disciplinares, formados por conselheiros por ele designados. Assim, Gentile reforça o caráter centralizador de seu ministério:

O provedor, representante do Ministro na região tem, pois, um poder que é o reflexo da autoridade ministerial. A descentralização que se realiza é, antes de tudo, geográfica, se assim se pode dizer. O chefe regional da instrução pública, estando investido de uma autoridade sem contrapeso local e sem contato direto com a opinião livre, é ele mesmo um centro onde se reúnem e se resolvem os assuntos de uma vasta região, que eram antes tratados perante a instância mais próxima do provedor departamental ( GOY, 1926, p. 94).

Mas, ao trocar a divisão provincial pela divisão regional, Gentile faz sua uma idéia de Lombardo-Radice, segundo a qual, contrariamente à província, que não apresentava uma individualidade geográfica e histórica própria, a região tinha um passado, uma base histórico-cultural sólida, que era necessário fazer reviver. Comentando estas medidas, Lombardo-Radice dirá:

A Itália abandonou as utopias do universalismo abstrato e se esforça por substituí-la em todas as almas por uma consciência nacional mais viva. Nacional e não nacionalista. E a nação é uma síntese das atividades regionais, contribuições originais e saborosas da vida comum; é por isso que as regiões também são utilizadas na reforma escolar. Pela primeira vez, a cultura do povo, a poesia e a arte do povo, o dialeto ele próprio (tesouro espiritual de cada família de nossa raça) encontram lugar na vida escolar italiana (Citado por Goy, 1926, p. 93. Grifo do autor).

Assim, enquanto Lombardo-Radice espera que o *provveditore* cumpra a difícil função de "dar uma alma e um corpo às aspirações profundas de cada um dos povos que compõem a nação" (GOY, 1926, p. 94), Gentile, que detém a prerrogativa de escolhê-lo, "seja entre inspetores de nível médio, seja entre diretores de Instituto ou entre pessoas estranhas à administração que, pela doutrina ou pela autoridade moral, sejam consideradas

---

<sup>3</sup> Régio Decreto 21 dicembre 1922, n° 1649. Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione, n° 1, 1923, p. 5.

<sup>4</sup> Régio Decreto 31 dicembre 1922, n° 1679. Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione, n° 2, 1923, p. 73.

mais idôneas para a função"<sup>5</sup>, espera, principalmente, que ele cumpra e faça cumprir fielmente nas regiões as decisões ministeriais.

Mas o caráter autoritário e centralizador da reforma administrativa realizada por Gentile manifestar-se-á, sobretudo, na reorganização dos corpos consultivos do Ministério, principalmente do *Consiglio Superiore della Pubblica Istruzione*. Reafirmando o princípio de centralização dos poderes, Gentile suprime o sistema eletivo utilizado para a composição do Conselho, atribuindo ao ministro toda a responsabilidade na escolha dos conselheiros. Ora, como mostra Ricuperati (1973, p. 95), o *Consiglio Superiore della Pubblica Istruzione*, nos anos anteriores, "havia se aberto, embora de forma limitada, à participação das bases". Com o decreto de julho de 1923, tal participação ficava totalmente excluída e os conselheiros voltavam a serem nomeados pelo Rei, conforme proposta do Ministro<sup>6</sup>. O Conselho perdia o caráter deliberativo, que lhe havia sido atribuído pela lei de 9 de agosto de 1910, e voltava a ser um órgão meramente consultivo, com a função de "pronunciar-se sobre todas as questões relacionadas com a instrução elementar, média e superior, que o Ministro submetesse ao seu exame" e "realizar estudos e informar o Ministro sobre as condições gerais do ensino público"<sup>7</sup>.

Mas, apesar desta função meramente consultiva, Gentile afirma que "o Conselho terá, para além de seu caráter científico e técnico, um caráter político". Mas, longe de fazer a política da "baixa demagogia", os conselheiros seguirão a política do governo, "que é a vontade mesma do Estado e da nação", e, portanto, "digna de entrar nas instituições escolares" (GENTILE, 1923, p. 413).

E será no seio das escolas que se manifestará, com toda a sua evidência, a contradição da reforma idealista. Ao mesmo tempo em que defende a liberdade didática do professor e procura suprimir toda interferência exterior em sua ação dentro da sala de aula, Gentile reforça a estrutura autoritária da escola, ampliando o poder do *preside* e do diretor didático.

A supressão de interferência exterior na ação didática do professor concretiza-se na diminuição do controle que o Ministério mantinha sobre as escolas por meio da inspeção e na ampliação do controle por meio dos exames. Respeitava-se assim "o princípio gentiliano

---

<sup>5</sup> Régio Decreto 31 dicembre, 1922, n° 1679, Art. 4. Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione, n° 2, 1923, p. 73.

<sup>6</sup> Régio Decreto 16 luglio 1923, n° 1753, Art. 7. Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione, n° 36, 1923, p. 2813.

<sup>7</sup> Régio Decreto 16 luglio 1923, n° 1753, Art. 9. Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione, n° 36, 1923, p. 2813

da autonomia da função pedagógica e de sua totalidade essencial concretizando-se na relação docente-discente", que "não podia conciliar-se com o exercício da função inspetiva por parte da autoridade central" (ROBAUD, 1961, p. 90). Assim, o número de inspetores centrais reduz-se de 37 para 3, ficando o Ministro autorizado "a ordenar a realização de inspeções ou enquetes, confiando-as a pessoas de reconhecida competência ou especialmente capacitadas para tais tarefas, ou, em geral, a pessoas de sua confiança"<sup>8</sup>. A inspeção primária sofre também uma redução considerável e um grande número de inspetores são transformados em diretores didáticos.

Mas, por outro lado, no ensino médio é consideravelmente reforçado o poder do *preside* que, de acordo com o decreto de reforma do ensino secundário, devia dirigir a escola juntamente com o colégio de professores. Ele devia ser escolhido pelo Ministro entre os professores, excluídas as mulheres<sup>9</sup>. Suas funções foram definidas por Gentile em circular de 23 de maio de 1923, na qual o Ministro apresenta as orientações sobre o relatório anual a ser enviado ao Ministério, com as notas de qualificação dos professores. Depois de afirmar que os *presidi* têm o dever de dirigir e controlar os professores e manter o Ministério informado sobre os méritos pedagógicos e didáticos dos mesmos, Gentile recomenda aos *provveditori* e aos *presidi* "de educar o corpo docente no espírito novo que o Ministro deseja introduzir nas relações hierárquicas, a fim de que cada um de seus membros fixe para si altas metas e predisponha-se à tarefa de *presidi* como cume e coroamento de sua própria carreira didática". E este "espírito novo", que o Ministro deseja introduzir nas relações entre superiores e inferiores, aparece claramente no final da circular: "Com esta circular, mais do que uma advertência, é dada uma ordem. Os *provveditori* e os diretores escolares são as sentinelas vigilantes que respeitam como coisa sagrada, com devoção militar, absoluta e incondicionalmente, as ordens recebidas" (GENTILE, 1932, p. 109-114). Como nota bem Ricuperati( 1973, p. 1713):

Gentile mostra aqui a contradição objetiva de uma política, que pregava a liberdade didática, mas que queria realizá-la em uma estrutura autoritária e desresponsabilizante. O novo professor deveria ser mais culto, mais inventivo e livre de realizar-se em sua sala de aula, mas de resto totalmente submisso ao *preside*, não sindicalizado, pronto a servir aos desejos do regime.

Tanto os *presidi* como os professores eram considerados funcionários públicos e a eles aplicavam-se todas as disposições relativas aos empregados civis do Estado<sup>10</sup>. Assim,

<sup>8</sup> Régio Decreto 31 dicembre 1923, n° 2976, Art. 1. Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione, n° 5, 1924, p. 239.

<sup>9</sup> Régio Decreto 6 maggio 1923, n° 1054, Art. 12. Gazzetta Ufficiale, n° 129, 1923.

<sup>10</sup> Régio Decreto 6 maggio 1923, n° 1054, Art. 28. Gazzetta Ufficiale, n° 129, 1923.

exigia-se deles que fizessem seus os "princípios morais" que deveriam orientar os servidores públicos no regime fascista e prestassem o juramento de fidelidade.

Era este o quadro do qual Gentile esperava que, da mesma forma como os Conselheiros, os diretores e os professores realizassem a "política do governo" que ele procura implantar na escola, reformando o ensino em seus diferentes níveis. Em função dos limites desse texto, vamos nos limitar à reforma do ensino primário.

## 2. Reforma do Ensino Primário

A reforma do ensino primário, realizada em 1923, teve em Lombardo-Radice, na época Diretor Geral da Instrução Primária e Popular, o seu principal idealizador. Considerada sob o ponto de vista dos métodos e programas introduzidos na escola, a reforma era liberal e progressista; sob o ponto de vista da estrutura implantada no sistema de ensino, ela era conservadora e traduzia a concepção gentiliana de escola elementar. Com efeito,

A escola elementar era considerada por Gentile um grau do desenvolvimento do conceito de cultura, grau inferior, a ser superado o mais rapidamente possível. Era a escola do povo, correspondendo às necessidades de um saber que não se elevará à cultura; era a escola de todos, enquanto a escola de cultura era para poucos, visto que a cultura era para a elite (LIMITI, 1962, p. 86).

Estava assim excluído o estabelecimento de uma estrutura escolar primária que permitisse às massas o acesso à cultura. Com a Reforma Gentile, a escola elementar “permanecia como primeiro degrau do saber para aqueles que prosseguiriam os estudos e como fim em si mesma para a massa popular” (JOVINE, 1980, p. 267-268). .

De acordo com o decreto de reforma<sup>11</sup>, a instrução elementar dividia-se em três graus: grau preparatório (ensino maternal) com a duração de três anos, grau inferior, também com a duração de três anos e grau superior, com a duração de dois anos. As classes acima da quinta recebiam o nome de *classi integrativi di avviamento professionale*.

Como esclarece o próprio Lombardo-Radice (1924, p. 52-53), o curso inferior “representa o curso mínimo, indispensável a qualquer tipo de escola”, enquanto o curso superior “surge somente onde existe número suficiente de alunos”. Na prática,

Um grande número de crianças italianas, que viviam em pequenas comunidades rurais, em lugar de receberem cinco a oito anos de instrução elementar, de acordo com a letra da lei, eram simplesmente colocadas na situação de freqüentar escolas em condições de oferecer apenas os três primeiros anos de instrução elementar, muitas das quais eram escolas de uma só classe, onde se concentravam e eram instruídos por um só mestre todos os jovens dos seis aos quatorze anos (BORGHI, 1974, p. 254).

---

<sup>11</sup> Régio Decreto 1 ottobre 1923, n° 2185. Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione, n° 47, 1923, p. 4061-4068.

Quanto aos *Corsi Integrativi di Avviamento Professionale*, eles foram regulamentados por uma Circular Ministerial de dezembro de 1923. Considerado por Gentile como um curso “de caráter predominantemente popular, para quem será operário ou camponês”, o *Corsi Integrativi* deveria estar “em estreita relação com as necessidades da população e basear-se, desta forma, na iniciativa das entidades locais”<sup>12</sup>. A função dos *Corsi Integrativi* foi melhor definida por Balbino Giuliano, *Sottosegretario dell’Istruzione* no novo Ministério Casati: “O *Corso popolare* deve acolher os trabalhadores de amanhã, os futuros agricultores e operários, e fornecer-lhes a primeira preparação técnica imediata para o trabalho manual, enquanto continua e aprimora ainda a cultura elementar” (Citado por Jovine, 1980, p. 268).

Dentro dessa estrutura conservadora, implantada na organização do ensino primário, Lombardo-Radice intenta introduzir conteúdos e métodos progressistas. Procurando “adequar o ensino aos princípios do atualismo”(JOVINE, 1980, p. 268), Lombardo-Radice inspira-se no princípio gentiliano, segundo o qual a educação é sempre um trabalho comum de professores e alunos. Para ele,

A escola é o encontro de duas espontaneidades: a do professor, que tem uma espontaneidade educativa e busca continuamente o melhor caminho para disciplinar e desenvolver o esforço dos alunos, para não se tornar o contador mecânico da faculdade de repetição da disciplina, e a do aluno, que tem necessidade de se sentir inteiramente engajado, com toda a alma, no seu trabalho (Citado por Goy, 1926, p. 139).

Lombardo-Radice procura concretizar estes princípios por meio da *Ordinanza Ministeriale* de novembro de 1923, que estabelece o horário, o programa e as prescrições didáticas para a escola elementar.

Como afirma o próprio Lombardo-Radice:

Mais que um detalhado programa de ensino, a *Ordinanza* de 11 de novembro de 1923 quer ser um guia para o mestre, deixando-o livre para utilizar os meios mais oportunos para atingir os fins que o Estado aponta como necessários. Assinala, pois, o ponto de chegada ao qual deve tender o trabalho do professor, e não os sucessivos passos graduais que ele deve dar (Citado por Lupi, 1924, p. 53-54).

Insistindo sobre o caráter indicativo dos programas apresentados, a *Ordinanza Ministeriale* afirma que os mesmos apenas apontam ao professor “o resultado que o Estado espera do seu trabalho”, deixando-o “livre para usar os meios oportunos para obtê-los”<sup>13</sup>.

Proibindo o recurso às “noções repetitivas”, o Programa exige que o professor “renove continuamente a própria cultura”, não através dos manuais, mas indo “às fontes

<sup>12</sup> Circolare n° 117, 11 dicembre 1923. Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione, n° 59, 1923, p. 5290.

<sup>13</sup> Ordinanza Ministeriale 11 novembre 1923. Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione, n° 52, 1923, p. 4590-4624. As citações que se seguem são deste documento.

vivas da cultura do povo”, isto é, às “tradições populares” e à “grande literatura”. Para o aperfeiçoamento do trabalho didático, aconselha-se aos professores “o estudo dos grandes autores que meditaram sobre educação”, mas principalmente “uma maior participação na vida do povo”. Segundo a *Ordinanza Ministeriale*,

Só aquele que busca a companhia dos mais humildes e dos pequenos, tendo antes gozado da companhia espiritual dos melhores espíritos humanos, sente não estar rebaixando-se, e é capaz de falar com espírito religioso, qualquer que seja o objeto do seu ensinamento e a idade dos seus discípulos.

A referência ao espírito religioso não é casual. A Reforma Gentile colocava “o ensino da doutrina cristã na forma transmitida pela tradição católica” como “fundamento e coroamento da instrução elementar em todos os seus graus”<sup>14</sup>. Concretizando tal dispositivo, o Programa de 1923 reservava uma a duas horas semanais do horário escolar para o ensino da religião. Além do ensino religioso, o Programa elaborado por Lombardo-Radice, fiel à concepção pedagógica que o havia inspirado, introduz no ensino primário o desenho, o canto e os trabalhos manuais, além das ocupações recreativas<sup>15</sup>.

Como testemunha Cremaschi (1952, p. 162), a Reforma de Lombardo-Radice teve uma dupla repercussão em nível da escola:

De um lado, os espíritos mais abertos entenderam que, apesar da forma, nem sempre feliz, do texto dos Programas, os mesmos continham um fermento fecundo de renovação da escola. De outro lado, os menos preparados apegaram-se ao que havia de mais antiquado nas novas normas. Assim, em muitas escolas houve um florescimento de iniciativa e de busca que rompeu, com vantagem educativa indiscutível, a velha proteção de uma rotina didática já superada; em outras escolas, ao contrário, a formação de um novo e mais aborrecido *pierinismo*, baseado no culto do rabisco, na ênfase recitativa, na infinita repetição de alguns poucos temas de exercitação lingüística, tão convencionais como os do passado.

A Reforma de Lombardo-Radice se tornará internacionalmente conhecida principalmente graças a Adolphe Ferrière, Diretor Adjunto do *Bureau International d'Education* e Presidente da Liga Internacional pela Educação Nova. Após visitar as escolas italianas, em 1926, ele escreverá:

As escolas que nós visitamos impressionavam, sobretudo, e desde o início, por sua arte e por sua limpeza excepcionais. Limpeza também entre os alunos. Aventais brancos nas meninas, azul nos meninos, todos com o nome bordado, bem em evidência. Disciplina, também. A saudação romana, braço direito erguido, parte como um foguete coletivo. A pintura de Hedler na Universidade de Iena! Seria injusto ficar nas aparências. Atrás do culto da uniformidade, esconde-se a cultura da personalidade. Ela está na Lei Gentile, de 1923: ela está no desenho livre, amorosamente praticado e exposto aos olhares de todos;

<sup>14</sup> Régio Decreto 1 ottobre 1923, n° 2185, Art. 3. Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione, n° 47, 1923, p. 4062. A respeito do ensino religioso escolar na Itália fascista, ver HORTA (1993).

<sup>15</sup> Uma descrição detalhada dos Programas elaborados por Lombardo-Radice pode ser encontrada em Ostenc (1980, p. 104-111).

ela está na escolha, feita pelos alunos, de um objeto de composição que servirá de tema para todas as suas redações, durante o mês. O canto, o estudo do folclore, a cultura regional, o emprego do dialeto, que serve para estabelecer um paralelo instrutivo com o italiano, os jogos de espírito recreativos, a arte, a religião, tantos “ramos” que nossas escolas mais ou menos ignoram e que a reforma Gentile colocou em lugar de honra. [...] Eu prefiro dar a palavra àqueles e àquelas que agiram, que enfrentaram as dificuldades, que estabeleceram durante anos o contato com as almas infantis e com o meio social que as cerca e que, por essa razão saberão, sem minha mediação, fazer soar a nota italiana, nota grave e forte de uma Itália construtiva, onde não predominam mais o verbalismo e o intelectualismo estéreis, mas onde a arte, a poesia, a emoção sadia e grande servem de pedestal para uma vontade firme, viril e disciplina. Essas qualidades são independentes de todo credo político ou confessional: elas têm suas raízes no homem, independentemente do tempo e do lugar em que o acaso o fez nascer. Uma pedagogia que se apóia nessa base humana é boa e invejável em qualquer lugar do mundo. Todos os países, todas as confissões devem sentir-se felizes e orgulhosos – se a têm – ou devem ambicionar ter – se não a têm ainda – uma escola onde a formação da personalidade, no sentido mais elevado do termo, seja colocada no centro mesmo do programa. Ora, essa escola, a Itália está em vias de possuir. Sob esse ponto de vista, ela pode servir de exemplo e de modelo – *mutatis mutantis* – ao mundo inteiro. E o criador dessa obra imensa ... é nosso amigo, Giuseppe Lombardo-Radice. (FERRIÈRE, 1927, p. 12-13 e 21-22)

Tal como Ferrière, “a maior parte dos observadores estrangeiros se deixaram seduzir pelo método ativo legado por Lombardo-Radice à escola italiana e tenderam a minimizar os seus efeitos nefastos depois que o fascismo traiu o seu espírito com fins propagandísticos”(OSTENC, 1980, p. 291). Tal é o caso, por exemplo, de Blandine Ollivier, jornalista francesa que, em 1933, visitando as escolas elementares italianas, acompanhada por Nazareno Padellaro, inspetor das escolas de Roma, descreve essa visita nos mesmos termos entusiasmados utilizados por Ferrière, em 1926 (Ollivier, 1934, p.91).

Quanto a Ferrière, ele só perceberá seu engano alguns anos depois. Em 1934 a revista *Primato Educativo*, dirigida pelo mesmo Nazareno Padellaro, publicará uma série de artigos contra a escola ativa. Como resposta, Ferrière (1935, p. 81) escreverá:

Os fascistas são lógicos com eles mesmos; considerando-se a chave - seu ponto de partida – o ponto de vista que eles expõem é inquestionável. Uma vez que nossas palavras, carregadas de sentido, não têm para eles nenhum sentido, ou um sentido que eles condenam, eles ficam apenas na crosta de nossa fruta, e esta, suculenta e cheia de sabor, lhes escapa. Eles dizem que a nossa Escola está morta, porque a crosta, que é a única coisa que eles enxergam, está morta. É muito simples.

### Referências Bibliográficas

- BELLUCCI, Maria; CILIBERTO, Michele. La Scuola e la pedagogia Del fascismo. Torino: Loescher Editore, 1978.
- BORGHI, Lamberto. Educazione e autorità nell’Italia Moderna. Firenze: La Nuova Itália Editrice, 1974.

- CREMASCHI, Luigi. Cinquant'anni di battaglie scolastiche. Roma: Ed. I Diritti della Scuola, 1952.
- FERRIÈRE, Adolphe. L'Aube de l'école sereine em Italie. Paris: Ed. Julien Crémieu, 1927.
- FERRIÈRE, Adolphe. Trois pionniers de l'éducation nouvelle. Paris, Ernest Flammarion Editeur, 1927a.
- FERRIÈRE, Adolphe. L'Education selon l'ideologie fasciste – Réponse de M. Ad. Ferrière. Pour l'ère nouvelle, XIV année, n° 106, avril-mai, 1935, p. 80-81.
- GENTILE, Giovanni. Lo spirito informatore della mia riforma. Levana, anno III, n° 9-10, p. 413-438, set/out., 1923.
- GENTILE, Giovanni. Scritti pedagogici, v. III, La Riforma della Scuola in Itália. Milano-Roma: 1932, p. 109-114.
- GOY, Henri. La Politique scolaire de la nouvelle Italie. Paris: Librairie Pierre Roger, 1926.
- HORTA, José Silvério Baia. O Ensino religioso escolar na Itália fascista e no Brasil (1930-1945). Educação em Revista, Belo Horizonte, n° 17, p. 64-78, junho. 1993.
- JOVINE, Dina Bertoni. La Scuola italiana dal 1870 ai giorni nostri. Roma: Ed. Riuniti, 1980.
- LIMITI, Giuliana. La Scuola elementare come scuola di educazione cívica: daí 1918 ad oggi. In La scuola elementare come scuola di educazione cívica. Roma: Istituto di Pedagogia dell'Università di Roma, 1962, p. 79-112.
- LOMBARDO-RADICE, Giuseppe. Per l'istruzione primaria. In Dario Lupi, La Riforma Gentile e la nuova anima della scuola. Milano/Roma: Mondatori, 1924. p. 52-53  
(1924
- LUPI, Dario. La Riforma Gentile e la nuova anima della scuola. Milano/Roma: Mondatori, 1924.
- OLLIVIER, Blandine. Jeunesse Fasciste. Paris: Gallimard, 1934.
- OSTENC, Michel. L'Education em Italie pendant le fascisme. Paris: Publications de la Sorbonne, 1980.
- OSTENC, Michel. L'Idealisme gentilien et la reforme scolaire italienne de 1923. Revue Historique, Paris, p. 337-396, avril-juin, 1973.
- RICUPERATI, Giuseppe, La Scuola nell'Italia unita. In Storia d'Italia, v. 5, I Documenti-2. Torino: Einaudi Editore, 1973, p. 1695-1722
- RICUPERATI, Giuseppe. Scuola e política nel período fascista. In Guido Quazza (org.), Scuola e política dall'unitá ad oggi. Torino: Stampatori, 1977
- ROBAUD, Enzo, Disegno storico della scuola italiana. Firenze: Felice de Monnier, 1961.